



Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

NOTA DE IMPRENSA

No passado dia 8 de Maio, a ANEFA – Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente, foi convidada a participar no programa “Mais Cedo ou Mais Tarde” da TSF, no âmbito da comemoração dos 5 anos do Projecto ProNatura, e para comentar o estado actual do Sector Florestal em Portugal.

A questão dos incêndios, tema infelizmente sempre actual, foi obviamente focado, sendo que as declarações da ANEFA incidiram sobre a principal preocupação da Associação neste tema, o pré e o pós fogo, indo ao encontro com a posição que sempre defendeu em como “os fogos não se apagam, evitam-se”.

Outro tema debatido foi a questão do desinvestimento no Sector, já que os proprietários não possuem capacidade financeira para investir na floresta o que cria um claro problema de sustentabilidade, pois o volume de abate de árvores tem-se mantido ou até aumentado sem que haja novas acções de rearborização. A existência do Fundo Florestal Permanente, que poderia ajudar a relançar o investimento no sector, foi então referida como uma possível solução. Em anteriores comunicados, a ANEFA tinha já alertado para o facto deste dinheiro, gerado através de um imposto aplicado aos combustíveis e pago por todos os contribuintes, não estar a ser directamente aplicado na Floresta, nomeadamente nas questões associadas à arborização e manutenção da mesma.

Em entrevista, o Presidente da Direcção acrescentou ainda que ao fim de três anos de existência do fundo, que gera cerca de 30 milhões de euros por ano, apenas tem sido dado apoio ao planeamento, e criação e manutenção de estruturas organizativas ligadas à produção, arranjo de caminhos e estradas, e limpeza de faixas adjacentes por parte dos municípios. Isto é, cerca de 90 milhões de euros, que dariam para arborizar entre 60.000 a 80.000 hectares ou para limpar entre 120.000 a 140.000 hectares foram gastos no que menos importa para a floresta, não tendo sido até hoje plantada uma árvore com o dinheiro do Fundo.

No seguimento destes comentários, e a fim de ouvir as partes interessadas, a TSF contactou o Gabinete do Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, que declarou como falsas estas afirmações, alegando que a criação do Fundo Florestal Permanente (FFP) não tinha como objectivo a plantação, mas sim a promoção à gestão florestal.

Ora não compreendendo esta incoerência dos factos, cumpre-nos a nós relembrar o Sr. Ministro, do Decreto de Lei nº 63/2004, de 22 de Março, que deu origem à criação do FFP e que tinha como objectivos e acções de apoio, os abaixo citados:

“a) Promover, através dos incentivos adequados, o investimento, gestão e ordenamento florestais, nas suas distintas valências, incluindo a valorização e expansão do património florestal, e apoiar os respectivos instrumentos de ordenamento e gestão;

b) Apoiar as acções de prevenção dos fogos florestais;

c) Instituir mecanismos financeiros destinados a viabilizar modelos sustentáveis de silvicultura e acções de reestruturação fundiária, emparcelamento e aquisição de terra;

d) Financiar acções específicas de investigação aplicada, demonstração e experimentação;

e) Valorizar e promover as funções ecológicas, sociais e culturais dos espaços florestais e apoiar a prestação de serviços ambientais e de conservação dos recursos naturais;

f) Desenvolver outras acções e criar instrumentos adicionais que contribuam para a defesa e sustentabilidade da floresta portuguesa

Os apoios financeiros a atribuir pelo Fundo incidem, nomeadamente, nas seguintes áreas:

a) Ordenamento e gestão florestal;

b) Prevenção de incêndios e respectivas infra-estruturas;

c) Arborização e rearborização com espécies florestais de relevância ambiental e de longos ciclos de produção;

d) Reestruturação fundiária, emparcelamento e aquisição de terra;

e) Seguros florestais;

f) Acções específicas de investigação aplicada, demonstração e experimentação;

g) Sistemas de certificação de gestão e dos produtos florestais.”

Mais estranho ainda é o facto de antigas declarações do mesmo Sr. Ministro, irem de encontro com o que a ANEFA relatou na entrevista, onde o próprio afirma que “a maioria desses projectos prendia-se com trabalhos de investigação quando o despacho que regulamenta o FFP define como prioritária a prevenção e protecção da floresta contra incêndios. Neste país está toda a gente a estudar a mesma coisa há anos”. Dizendo-se “surpreso” com as irregularidades detectadas. (*in* Jornal de Notícias de 18 de Outubro de 2005).

Porque acreditamos que as críticas construtivas podem levar a uma mudança de mentalidades, e principalmente de atitudes, e porque nunca foi política da ANEFA “falar apenas por falar”, deixamos aqui algumas sugestões do que deveria realmente ser feito com o FFP, e que poderia fazer a diferença para o sector.

Em 3 anos, este fundo gerou cerca de 90 milhões de euros, que direccionado para arborização representaria a criação de mais de 6.000 postos de trabalho permanentes, numa altura em que é urgente fixar as populações nas zonas rurais, ou a plantação de aproximadamente 72 milhões de plantas, a florestação de 60.000 hectares e ao nível das receitas para o Estado cerca de 22,5 milhões de euros de contribuição para a Segurança Social.

Importa pois, na nossa opinião, e numa altura em que custa a todos a carga fiscal que é aplicada sobre os combustíveis, redefinir as prioridades da aplicação do FFP. Seria importante fazer o balanço de todo o dinheiro gasto em planeamento e apoio a estruturas organizativas nos últimos dez anos e observar o que a nossa floresta ganhou com isso. Para tal bastará atravessar o nosso país ao longo de vias como o antigo IP5, o IC8 e outras para ver o que resta do nosso património florestal... Afinal quem se responsabiliza pelo dinheiro gasto dessa forma, quantos hectares teríamos plantado ou cuidado devidamente com esse dinheiro?

Por fim se a questão é o apuramento de verdades, falaremos então de casos concretos. Afinal embora não seja também este o objectivo do FFP, temos uma ideia clara de onde esse dinheiro anda a ser gasto...



A ANEFA, como representante das Empresas Florestais Nacionais, não poderia deixar passar esta situação, não pretendendo com isto, desvalorizar o trabalho de ninguém, mas sim unir esforços em prol de um bem comum. Porque queremos que a nossa Floresta mereça mais do que simples...canetas!

Lisboa, 15 de Maio de 2008